



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira



PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº <u>1380</u> / <u>2020</u>
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS			
<p>REQUER, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO, em caráter de urgência, informações e providências quanto a contratação temporária de servidores.</p> <p>O Deputado que ao final subscreve, nos termos dos artigos 29, XVIII e XXXVI e 31, § 3º ambos da Constituição Estadual c/c os artigos 67, II; 146, IX; Art. 172 e 179 do Regimento Interno, requer ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJRO, em caráter de urgência, informações e providências quanto à contratação temporária de servidores, tendo em vista, que a atividade desempenhada pelo Poder Judiciário é essencial para o exercício do direito ao acesso da Justiça.</p> <p>Neste contexto, faz-se os seguintes questionamentos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Quais são os pré-requisitos para que sejam realizadas as contratações temporárias?2. Qual a quantidade de vagas disponibilizadas aos servidores que serão contratados temporariamente? <p>Ademais, destaca-se a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade.</p> <p>Diante disso, peço apoio aos Nobres Deputados para o encaminhamento do presente Requerimento.</p> <p>Plenário das deliberações, 30 de novembro de 2020.</p> <p><u>Anderson Pereira</u> Deputado Estadual – PROS</p>			

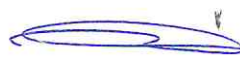


Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,</p> <p>Este Requerimento, com fulcro nos Art. 29, XVIII e XXXVI c/c Art. 31, § 3º da Constituição Estadual e Art. 67, II c/c Art. 146, IX c/c Art. 172 e c/c Art. 179 do Regimento Interno, solicita, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO em caráter de urgência, informações e providências quanto a Contratação Temporária dos servidores do TJRO.</p> <p>Em virtude do exposto e ante a relevância do caso em comento, é de grande importância compreender os pré-requisitos estabelecidos para que as contratações temporárias possam ser efetuadas. Ademais, faz-se necessário, a divulgação da quantidade de vagas disponibilizadas aos servidores que serão contratados temporariamente.</p> <p>Portanto, deve-se considerar que é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme disposto no artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.</p> <p>Evidencia-se a previsão da Resolução n. 169/2020-TJRO:</p> <p style="text-align: right;">“Art. 1º Fica autorizado o Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO) a contratar pessoal por prazo determinado para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição da</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>República, nas condições e nos prazos previstos nesta Lei.”</p> <p>Diante do exposto, segundo o caput do artigo 3º da resolução n. 169/2020-TJRO, é assegurado à população, acessível divulgação do processo seletivo à todas as pessoas:</p> <p>“Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante a processo seletivo simplificado, sujeito à ampla divulgação, inclusive por meio do Diário da Justiça Eletrônico.”</p> <p>Igualmente, merece destaque a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade, vejamos:</p> <p>“Art. 31. [...] § 3º. A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, <u>implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei</u>, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas.”(Grifo nosso)</p> <p>Desta forma, ante a relevância do pleito requer o apoio dos nobres Pares para o encaminhamento do presente Requerimento.</p> <p></p>			